

## ATA

### DA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PARÁ (CERH), realizada no dia 26 de Março de 2007.

1 Aos vinte e seis dias de março de dois mil e sete, às 10:30 h, na sala dos Conselhos, sob os  
2 auspícios da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, localizada na  
3 travessa Lomas Valentinas nº. 2717, andar térreo foi realizada a Primeira Reunião  
4 Ordinária do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos (CERH), sob a presidência do Dr.  
5 **Valmir Gabriel Ortega** Secretário Executivo de Meio Ambiente - SECTAM e também  
6 Secretário Executivo do CERH e com a presença dos seguintes conselheiros: Sra. **Ana**  
7 **Rosa Baganha Barp** representante titular da Universidade Federal do Pará - UFPA; Dra.  
8 **Ana Suely Maia de Oliveira** Secretária Executiva de Desenvolvimento Urbano - SEURB  
9 e coordenadora do Programa Água para Todos; Dr. **Cássio Alves Pereira** Secretário  
10 Executivo de Agricultura – SAGRI; Dr. **Eduardo de Castro Ribeiro Junior** representante  
11 titular da Companhia de Saneamento do Pará COSANPA; Dr. **Francisco de Assis Matos**  
12 **de Abreu** representante titular do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura -  
13 CREA/PA; Sr. **João Messias dos Santos Filho** representante suplente da Faculdade Ideal -  
14 FACI; Dr. **Luiz Augusto Nogueira Moura** representante suplente da Federação das  
15 Indústrias do Pará – FIEPA; Sr. **José Maria Lopes Oeiras** representante titular da ONG  
16 Centro de Educação Popular – CEPEPO; Dr. **Manfredo Ximenes Pontes** representante  
17 titular da Companhia de Pesquisa e Produção Mineral/Serviço Geológico do Brasil -  
18 CPRM; Dr. **Michel Dib Tachy** representante titular da Administração das Hidrovias da  
19 Amazônia Oriental – AHIMOR; Sr. **Rafael Caldeira Magalhães** representante titular da  
20 ONG Argonautas; Sra. **Selma Brito Rodrigues** representante titular da Federação das  
21 Associações dos Municípios do Estado do Pará - FAMEP; Sra. **Vera Maria Nobre Braz**  
22 representante titular do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA e mais os  
23 convidados: Dr. **João Bosco Senra**, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do  
24 Meio Ambiente; Sra. **Thereza Christina Pereira do Castro** do Conselho Nacional de  
25 Recursos Hídricos - CNRH; Sr. **João Clímaco Filho** do FONASC-CNRH, Sra. **Oro**  
26 **Serruya** da ONG Congresso Internacional Israelita da Sociosfera na Amazônia -  
27 CISA/FONASC (Fórum Nacional da Sociedade Civil); Sr. **João Bosco Marcelo de Lima**  
28 representante suplente da CPRM; Sr. **Hito Braga de Moraes** representante suplente da  
29 FACI; Sr. **Ronaldo Jorge da Silva Lima** coordenador do Núcleo de Hidrometeorologia -  
30 NHM e chefe da Divisão de Projetos Minerários – DIMINA da SECTAM; Sr. **Wilson de**  
31 **Oliveira** da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS e a Sra. **Sarali Maria**  
32 **Sassim da Silva** da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cametá. Dando início à  
33 reunião, o **Secretário Executivo do CERH**, cumprimentou os conselheiros; lembrou que  
34 sendo esta era uma reunião de instalação do Conselho, portanto adaptaria uma pauta breve,  
35 continuou ressaltando a importância da ampliação da participação da Sociedade Civil e  
36 setor usuário, além da adequação do Conselho às condições locais e regionais. Prosseguiu  
37 discorrendo sobre o objetivo final do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos -  
38 SGRH, o qual se resume em assegurar água em qualidade e quantidade suficiente para  
39 garantir os usos múltiplos no Estado; avançou sugerindo uma breve apresentação dos  
40 conselheiros e convidados especiais. Constatada a existência de quorum, deu-se início à

41 reunião. Ainda com a palavra o **Secretário Executivo do CERH** leu e comentou pauta  
42 assim elaborada: **1. Panorama Atual da Política Nacional de Recursos Hídricos; 2.**  
43 **Agenda para Implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos; 3. Resolução**  
44 **001/07 do CERH – Que regulamenta a criação das Câmaras Técnicas** (Câmara  
45 Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, Câmara Técnica do Plano Estadual de  
46 Recursos Hídricos, Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental em Recursos  
47 Hídricos); **4. Criação do Grupo Técnico de Reestruturação do CERH** (Nova  
48 estruturação: aumento da representação setorial e territorial; Regimento Interno do CERH).  
49 Dando início a pauta, em seu **item 1. Panorama Atual da Política Nacional de Recursos**  
50 **Hídricos**, o Dr. **João Bosco Senra**, Secretário Nacional de Recursos Hídricos, agradeceu  
51 ao convite, em seguida expôs a problemática da água no país, seus aspectos sócio-  
52 ambientais e o estado da arte da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Plano  
53 Nacional de Recursos Hídricos, avançando dissertou ainda sobre o Conselho Nacional e  
54 suas atividades (ênfatizando os eventos realizados pela SNRH que objetivaram a  
55 sensibilização e mobilização social, oficinas setoriais, realização de fóruns estaduais com  
56 Secretários de Estado, Encontros Públicos Estaduais, Feiras Ambientais e Seminários).  
57 Com a palavra, o Secretário Executivo do CERH deu prosseguimento à pauta em seu **item**  
58 **2. Agenda para a Implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos**,  
59 referindo-se aos fatos que deverão ocorrer para a implementação da Política Estadual de  
60 Recursos Hídricos e a importância destes, sendo estes: a criação das Câmaras Técnicas,  
61 discussão sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos com suporte da Secretaria Nacional  
62 de Recursos Hídricos, discussão e aprovação de um conjunto de minutas para dar início  
63 aos trabalhos do CERH, ponderou também sobre a obtenção de um termo de cooperação  
64 para garantir subsídio técnico e financeiro para subsidiar as ações do Estado na área de  
65 Recursos Hídricos, disse ainda que o desafio do Conselho relativo à mobilização social é  
66 envolver instituições técnico-científicas no processo de implementação da Política  
67 Estadual, observou também que a SECTAM, responsável pela Gestão Estadual de  
68 Recursos Hídricos, havia realizado trabalhos, tais como palestras e encontros sobre o  
69 tema. Completou, explicando, que a exposição da Agenda para Implementação da Política  
70 Estadual de Recursos Hídricos havia sido sucinta devido ao extenso tempo decorrido da  
71 reunião e abriu debate acerca dos pontos até então explanados. O conselheiro Sr. **Rafael**  
72 **Caldeiras**, Diretor-Presidente do ARGONAUTAS iniciou o debate enfatizando a  
73 importância estratégica da água para o Estado do Pará e a prioridade do Governo Ana Júlia  
74 no tratamento dos Recursos Hídricos, citando como exemplo a instalação do Programa  
75 Água para Todos, continuou citando como ponto fundamental a ampliação da participação  
76 da Sociedade Civil no Conselho, incluindo ribeirinhos e sindicatos de trabalhadores. Ato  
77 contínuo o Conselheiro Sr. **José Maria Lopes Oeiras** complementou a fala anterior  
78 lembrando que na área do Tocantins – Araguaia a discussão referente a Recursos Hídricos  
79 é insipiente e colocada em plano secundário pelas organizações responsáveis, comentou  
80 também o projeto de revitalização da bacia Tocantins – Araguaia mencionando que as  
81 ONG's CEPEPO e Argonautas representam um segmento importante na região amazônica,  
82 completou enfatizando a ampliação da participação da sociedade civil. Com a palavra, o  
83 conselheiro Dr. **Francisco de Assis Matos de Abreu** parabenizou o Governo do Estado  
84 pela rapidez da realização da primeira reunião do CERH, advertiu que diferentemente do  
85 Plano Nacional que prioriza a Gestão da Escassez o Plano Estadual, por sua vez, deverá  
86 dar maior atenção à Gestão da Abundância devido às condições regionais dos recursos  
87 hídricos na região Amazônica, prosseguiu discorrendo sobre a importância secundária  
88 recebida pelas águas subterrâneas; ainda quanto à concepção do Plano Estadual, observou  
89 a necessidade de se considerar as regiões hidrográficas que comportam o Estado e de se  
90 levar as discussões referentes ao plano às mesmas e aos Comitês de Bacia Hidrográfica

91 (quando forem criados); comentou ainda os problemas advindos de um possível aumento  
92 demasiado do CERH e opinou que a representatividade poderia ser ampliada na  
93 constituição das Câmaras Técnicas. Em seguida, o conselheiro Sr. **Luís Augusto N.**  
94 **Moura** da FIEPA expressou sua satisfação ao ouvir, que o cadastro de Usuários de águas e  
95 a legislação da Outorga seriam baseados prioritariamente nas águas subterrâneas;  
96 continuou expondo a sua preocupação, pois até o momento não havia conseguido  
97 vislumbrar um mapa das águas subterrâneas do Estado, haja vista, a existência de uma rede  
98 de monitoramento das águas subterrâneas estaduais e solicitou ao Dr. **Manfredo Ximenes**  
99 **Pontes** uma explicação acerca desse fato, reclamou também o uso de informações e  
100 linguagens diferentes e a falta de acesso a essas informações. O **Secretário Executivo do**  
101 **CERH** após a fala deste último, informou o término das inscrições do debate para dar  
102 prosseguimento à pauta. Em resposta ao questionamento anterior, o Dr. **Manfredo**  
103 **Ximenes Pontes**, representante da CPRM, explicou que a CPRM não possui um mapa,  
104 mas sim um sistema de informações, um banco de dados georeferenciados chamado  
105 Sistema de Informação de Águas Subterrâneas (o SIAGAS), reformulado com contribuição  
106 de técnicos de instituições do Canadá; continuou afirmando que foi proposto e aprovado  
107 pela ANA o uso do SIAGAS como parte do sistema de informações com o intuito de ser  
108 utilizado pelas Secretarias Estaduais que gerenciam os recursos hídricos, incluindo a  
109 SECTAM. Observou também que foi firmado um convênio para capacitação de técnicos,  
110 no entanto, havia o problema da falta de recursos financeiros para tanto e para a  
111 manutenção do sistema além da dificuldade de obtenção de dados. Com a palavra a Dra.  
112 **Vera Brás** do CESUPA ponderou que as informações da CPRM e ANA podem ser obtidas  
113 sem problemas por interessados e mencionou a dificuldade da obtenção de informações  
114 meteorológicas. Com a palavra o Dr. **Michel Dib Tachy**, representante da AHIMOR,  
115 parabenizou o Governo do Estado pela criação do Conselho e o Governo Federal pela  
116 elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e criticou o fato das hidrelétricas  
117 serem planejadas e construídas sem escadas para peixes e sem eclusas, prejudicando os  
118 usos múltiplos priorizados pela Política Nacional de Recursos Hídricos, citando  
119 hidrelétricas e hidrovias que estão em planejamento ou estão sendo construídas; expôs o  
120 alto custo de manutenção das rodovias como consequência do não aproveitamento das  
121 hidrovias e enfatizou a possibilidade de ocorrer um “apagão logístico”, e terminou a sua  
122 fala citando a retomada de apreciação do projeto de lei 3.009 em Brasília que proíbe o  
123 barramento de rios e perguntou ao Secretário João Bosco Senra a situação do processo de  
124 criação de Comitês de Bacia das sub-bacias da região Amazônica. Com a palavra o Dr.  
125 **João Bosco Senra** citou que foi aprovado numa reunião pela ANA o uso do SIAGAS de  
126 forma a uniformizar as informações referentes a recursos hídricos e um mapa foi feito e  
127 está em fase de aprovação, citou a necessidade de se incorporar a questão dos usos  
128 múltiplos na análise do IBAMA, citou ainda o baixo nível de implementação do Sistema  
129 de Gerenciamento de Recursos Hídricos na região Amazônica mostrando os problemas  
130 causados pela rápida instituição de comitês sem preparo suficiente, disse ainda que havia  
131 sido criado ano passado o primeiro Comitê de Bacia da Região Amazônica, no estado do  
132 Amazonas. O **Secretário Executivo do CERH** agradeceu a presença do Dr. João Bosco  
133 enfatizando a importância da presença da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do  
134 Meio Ambiente, após retornou **ao ponto 3** da pauta, anunciou a leitura da Resolução  
135 001/07 e a chegada do Presidente do CERH, **Dr. Marcílio Abreu Monteiro**, esclareceu  
136 ainda que segundo a nova estrutura que deveria ser encaminhada a assembléia legislativa  
137 nas semanas seguintes a presidência ficara a cargo da Secretaria do Meio Ambiente e  
138 passou a palavra ao Dr. **Marcílio** que justificou seu atraso por problemas pessoais e falou  
139 da relevância de se repensar a estrutura do Conselho de forma a garantir a maior  
140 participação social e de se iniciar a discussão da Resolução 001/07. O Dr. Valmir Gabriel

141 Ortega retomou a palavra e iniciou a leitura da Resolução 001/07. O conselheiro; Dr.  
142 **Francisco de Assis Matos de Abreu** do CREA- PA comentou que a Resolução e o  
143 Regimento estavam se complementando, ressaltou, contudo, que o artigo 3 da Resolução  
144 mencionava 15 membros nas Câmaras Técnicas e no Regimento Interno constava 17  
145 membros, destacou como segundo ponto discordante (em respeito ao texto dos artigos 22 a  
146 25) que os conselheiros ou o Conselho como um todo poderiam convidar técnicos para  
147 participar das Câmaras Técnicas, todavia o Presidente e o Secretário Executivo do CERH  
148 não possuíam tal direito, reclamou ainda que esta participação ficava muito fechada por só  
149 abranger conselheiros titulares ou suplentes ou indicados por titulares, prosseguiu  
150 sugerindo que dentro das Câmaras Técnicas se poderia ter uma abertura maior para a  
151 sociedade. O **Secretário Executivo do CERH** esclareceu que esta era uma minuta do  
152 Regimento e que seria estudada por um grupo de trabalho, disse que poderiam avançar  
153 para a Resolução e decidir o número mais adequado de participantes das Câmaras Técnicas  
154 e posteriormente o Regimento se adequaria a este numero e disse que poderia ser  
155 explicitado na Resolução 001/07 a possibilidade de outras entidades de fora do Conselho  
156 participarem das Câmaras Técnicas através de um parágrafo no artigo 4. Em seguida o  
157 conselheiro Dr. **Michel Dib Tachy**, da AHIMOR, mencionou que no artigo 3 existia um  
158 conflito quanto a duração do mandato, no Regimento Interno constava como 2 anos e na  
159 Resolução 001/07 como 1 ano; quanto a constituição das Câmaras Técnica, cada  
160 conselheiro poderia indicar um representante da sua entidade como no Plano Nacional,  
161 mas como acontece nas constituição das Câmaras Técnicas do Plano Nacional, os  
162 conselheiros poderiam indicar outra instituição e o indicado ficaria sujeito a análise da  
163 Secretaria, sugeriu ainda uma maior divulgação dessa Resolução para levá-la ao  
164 conhecimento das entidades afins e as que se interessassem em participar poderiam entrar  
165 em contato com os conselheiros ou com a Secretaria. Retomando a fala, o **Secretário**  
166 **Executivo do CERH** perguntou se havia mais alguma contribuição. Em seguida o  
167 Presidente do Conselho, **Dr. Marcílio Monteiro de Abreu**, citou sua experiência em  
168 outros conselhos e apresentou a necessidade de se verificar quais são as Câmaras Técnicas  
169 e a partir das Câmaras Técnicas instituídas é que o Conselho iria verificar a necessidade de  
170 se convidar outras entidades e para tanto, para evitar constrangimentos, enfatizou que a  
171 idéia principal seria a importância da existência social e convite a profissionais renomados  
172 sem a prerrogativa de vínculo com alguma organização governamental ou não.  
173 Complementando, o **Dr. João Bosco Senra** explicou como ocorre o processo de instituição  
174 de Câmaras Técnicas no Conselho Nacional, voltou a frisar que as Câmaras Técnicas são  
175 um instrumento muito importante para ampliação da representatividade onde várias  
176 entidades que não participam do plenário podem participar, mencionou que a demanda de  
177 uma nova câmara, no CNRH, são encaminhadas para a CETIL (Câmara Institucional  
178 Legal), que realiza todo o processo preliminar de discussão e de formatação e submete ao  
179 Plenário do Conselho para aprovação e citou que esta metodologia tem dado certo. O  
180 conselheiro Sr. **Rafael Caldeiras** concordou com o Secretário de Recursos Hídricos do  
181 MMA e com o Presidente do Conselho relativo ao número de três Câmaras Técnicas para  
182 dar início aos trabalhos e, quanto as diferenças entre o Regimento Interno e a Resolução  
183 001/07 sugeriu em colocar no texto da Resolução 001/07 quanto a divergência do número  
184 de membros e tempo de mandato “conforme estabelece o Regimento Interno” e deixar esta  
185 detalhamento para a discussão do Regimento Interno. O **Secretário Executivo do**  
186 **Conselho** ressaltou que a situação era extraordinária e frisou o anteriormente dito em sua  
187 fala anterior. Seguidamente, a Dra. **Ana Suelly Maia de Oliveira** da Secretaria de  
188 Desenvolvimento Urbano ponderou que não haveria oposição por parte dos membros do  
189 Conselho primeiramente à ampliação da representatividade do CERH; falou ainda sobre a  
190 necessidade de uma organização mínima ao funcionamento do Conselho, destacando como

191 principais itens a discussão sobre a instalação das Câmaras Técnicas e sobre o Regimento  
192 Interno mencionando que este poderia ser discutido a posteriori, continuou citando como  
193 questão relevante, referentes às câmaras técnicas, o questionamento a respeito do número  
194 de membros, se havia consenso na criação de três Câmaras Técnicas e a possibilidade de  
195 um conselheiro participar de duas Câmaras Técnicas, defendendo a participação de um  
196 conselheiro em uma única Câmara Técnica a fim garantir uma pluralidade de  
197 representações e no caso do suplente assumir uma vaga em uma câmara técnica teria  
198 titularidade nesta. Em sequência o Dr. **João Bosco Senra** sugeriu com relação ao **item 4**  
199 **Criação de Grupos Técnicos para Reestruturação do CERH, incluindo os seguintes**  
200 **subitens: Nova estruturação: aumento da representação setorial e territorial,**  
201 **Regimento Interno do CERH** que a tarefa de reestruturação do Regimento Interno  
202 poderia ser realizada pela Câmara de Assuntos Legais e Institucionais. O Dr. **Valmir**  
203 **Gabriel Ortega** concordando com o Dr. João Bosco Senra e sugeriu a proposição de  
204 inscrições para alteração do texto da minuta da Resolução 001/07 pelos membros do  
205 Conselho e indicou como mudança no texto do artigo 4 “A Secretaria Executiva  
206 recepcionará as entidades candidatas, membros ou não do Conselho, a participar da  
207 Câmara e coordenar a composição assegurando a representação de todos os segmentos”;  
208 informou ainda que havia se pensado inicialmente em criar as Câmaras Técnicas no  
209 mesmo dia, além de definir o número de componentes mínimo e máximo, realizar  
210 divulgação desta, de captar sugestões de entidades que poderiam compor Câmaras  
211 Técnicas, de reunir as entidades interessadas e compor cada uma das Câmaras, definir a  
212 disponibilidade de tempo por parte da Secretaria e dos membros das Câmaras e verificar a  
213 existência de conflitos. Com a palavra, o Sr. **João Clímaco** do CNRH e desculpou-se em  
214 razão de sua saída antes do término da reunião, em razão do horário de seu vó,  
215 disponibilizou seu know how adquirido em participação de reuniões de outras Câmaras  
216 Técnicas para ajudar o Estado na instalação da Política Estadual e se dispôs juntamente  
217 com os conselheiros a realizar uma oficina do FONASC de capacitação e gestão com  
218 membros da Sociedade Civil e movimentos sociais do Estado; citou ainda a realização do  
219 evento “Bombardeio de Sementes” (ação de reflorestamento) que ocorreria dia 11 de maio  
220 do corrente ano e reforçou o valor da ampliação da participação da Sociedade Civil nas  
221 Câmaras Técnicas do Conselho. Depois retomou a palavra o **Secretário Dr. Valmir**  
222 **Gabriel Ortega**, onde este agradeceu ao Sr. **João Clímaco**, dissertou sobre a importância  
223 da participação do FONASC como colaborador de trabalhos de Câmaras Técnicas e na  
224 articulação com entidades que tem atuação no CNRH reforçando assim a atuação da  
225 Sociedade Civil para criar capacidade de integração entre a Agenda Estadual e a Agenda  
226 Nacional. Retomando a pauta no seu **item 3. Resolução 001/07 do CERH – Que**  
227 **regulamenta a criação das Câmaras Técnicas** (Câmara Técnica de Assuntos Legais e  
228 Institucionais, Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos, Câmara Técnica  
229 de Capacitação e Educação Ambiental em Recursos Hídricos), o Secretário Executivo do  
230 Conselho colocou para apreciação a modificação proposta do texto do artigo 4 da  
231 Resolução 001/07. Com a palavra o Dr. **Michel Dib Tachy**, conselheiro da AHIMOR,  
232 comentou que não se sentia a vontade para opinar naquele momento sobre a proposta, pois  
233 não havia recebido a mesma previamente para análise do texto, mas no final concordaria  
234 com o consenso do Conselho. Após isto o Dr. **Valmir Ortega** justificou que a idéia de  
235 preparar e aprovar a Resolução no mesmo dia foi para marcar a 1º reunião e o início dos  
236 trabalhos e que o tempo decorrido entre a posse do Conselho e esta reunião foi curto, o que  
237 prejudicou a preparação do evento; ainda com a palavra o Secretário disse que a instalação  
238 das Câmaras Técnicas passaria por uma melhor regulamentação no Regimento Interno, **em**  
239 **seqüência foi realizada a votação e a modificação do texto da Resolução 001/07 foi**  
240 **aprovada por unanimidade pelos membros deste Conselho.** Em seguida, o Dr. **Valmir**

241 **Gabriel Ortega** disse que seria encaminhado ofício, conjuntamente com a Resolução  
242 aprovada e os contatos da equipe de apoio que dará suporte e manutenção ao Conselho,  
243 disse ainda que a Resolução seria enviada no mesmo dia e que seriam enviados convites  
244 para instituições afins para participação nas Câmaras Técnicas e que seria colocado a  
245 disposição no site da SECTAM e pediu ajuda de todas as entidades presentes para a  
246 divulgação desta resolução. Para encerrar sugeriu ainda que o **item 4** fosse incluído como  
247 trabalho da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais como havia recomendado  
248 inicialmente o Dr. **João Bosco Senra**. Com a palavra o Sr. **José Maria Lopes Oeiras**  
249 ressaltou novamente a importância da Sociedade Civil e do Setor Usuário e citou como  
250 exemplo a ELETRONORTE, a qual não possuía um representante presente. Com a  
251 palavra, o **Secretário Executivo do Conselho** propôs à apreciação os temas do Regimento  
252 Interno, grupos técnicos e ampliação do Conselho. Antes do término, o Conselheiro Dr.  
253 **Eduardo de Castro Ribeiro Júnior** da COSANPA indagou sobre a frequência das  
254 reuniões e lembrou que o artigo 5 da Resolução 001/07 dá o período de 3 meses para a  
255 criação das Câmaras Técnicas. Diante disso, o **Secretário Executivo do Conselho**  
256 informou que o Regimento Interno regulamentará a frequência das reuniões e que no  
257 máximo em dois meses ocorreria a próxima reunião, no entanto, devido aos pedidos de  
258 membros do Conselho, a próxima seria antecipada para a semana do dia 26 de Abril do  
259 corrente, sendo que para esta será avaliada a composição das Câmaras Técnicas e a  
260 aprovação da agenda de reuniões para o ano de 2007 do CERH. Finalmente, o **Secretário**  
261 **Dr. João Bosco Senra** agradeceu o convite para a reunião e comentou dois pontos de sua  
262 preocupação que são o maior envolvimento dos Municípios e a representação da  
263 Comunidade Indígena e colocou a SNRH a disposição do Conselho. A seguir, o Secretário  
264 Executivo do CERH, franqueou a palavra e, como nada mais foi acrescentado, encerrou  
265 esta reunião, agradecendo a presença dos conselheiros e convidados que dela participaram.  
266 Do que, para constar, lavrou-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada  
267 por todos os participantes.